

REPRESENTAÇÕES DE ALTERIDADE EM ESTRABÃO: A DICOTOMIA BÁRBARO/ CIVILIZADO NO LIVRO III DA *GEOGRAFIA**

Susana Hora Marques**

Resumo: *Os conflitos militares entre povos com culturas diferentes revelaram-se desde sempre importantes momentos de descoberta e de confronto entre as identidades de “uns” e de “outros”. Várias fontes literárias da Grécia antiga dão testemunho da consciência da alteridade, da diferença face à realidade conhecida dos Helenos, desde a épica homérica à tragédia ática, à historiografia herodotiana ou à geografia estraboniana. Uma leitura de excertos do livro III de Estrabão - como a que se propõe neste trabalho - favorece a percepção de elementos que estabelecem o contraste entre civilizado e bárbaro numa época de domínio romano na Ibéria, sob o olhar de um autor de origem grega que vive em Roma entre os reinados de Augusto e de Tibério, i.e., na transição entre os séculos I a.C. e I d.C.*

Palavras-chave: *Estrabão; Geografia; Ibéria; bárbaro; civilizado.*

REPRESENTATIONS OF OTHERNESS IN STRABO'S *GEOGRAPHY*: THE BARBARIAN VERSUS CIVILISED DICHOTOMY, BOOK III

Abstract: *When people from different cultures meet in the battlefield, such military encounters turn into pivotal moments of discovery and confrontation between two identities, “us” versus “others”. The societal notion of otherness features in many literary works from the Greek Antiquity, such as Homer's epic poems and the Attic tragedy as well as Herodotus' *Histories* and Strabo's *Geography*, bearing testimony to the importance given to the differentiation in regard to what formed part of the Greek world. This text proposes to explore various excerpts from Strabo's *Geography*, Book III, that favour the perception of the contrasting elements that differentiate the “civilised” from the “barbarian” in Iberia during a period of Roman occupation, from the viewpoint of a Greek*

* Recebido em: 11/12/2017 e aceite em: 09/02/2018.

** Professora auxiliar do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas (Secção de Estudos Clássicos) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal).

author living in Rome between the rules of emperors Augustus and Tiberius, ie, in the transition from the 1st century BC to the 1st century AD.

Keywords: *Strabo; Geography; Iberia; barbarian; civilised.*

Introdução

Os conflitos militares entre povos com culturas diferentes revelaram-se desde sempre importantes momentos de descoberta e de confronto entre as identidades de “uns” e de “outros”. Várias fontes literárias da Grécia antiga dão testemunho da consciência da alteridade, da diferença face à realidade conhecida do mundo grego/ greco-romano, desde a épica homérica à tragédia ática, à historiografia herodotiana ou à geografia estraboniana. Essa comparação entre identidades distintas fixou-se numa série de elementos que se tornaram convencionais na caracterização do “outro”, como a língua, o aspeto físico, a dieta alimentar, as práticas religiosas, as normas de convívio social, o regime político, etc.¹ Uma leitura de excertos do livro III de Estrabão - como a que se propõe neste trabalho - favorece a perceção de marcadores que estabelecem o contraste entre um civilizado “eu” greco-romano e um “outro”, habitante dos confins peninsulares ocidentais, numa época de consolidação do alargamento e domínio do Império Romano na Ibéria, e sob o olhar de um autor de origem grega que viveu em Roma entre os reinados de Augusto e de Tibério, i.e., na transição entre os séculos I a.C. e I d.C. Na verdade, num momento revelador de uma Europa que se vai descobrindo mais vasta, o texto do geógrafo natural de Amásia, na Ásia Menor, não deixa de constituir um importante documento sobre o território limítrofe do Extremo Ocidente do mundo então conhecido e sobre os seus povos. Com efeito, embora Estrabão não tenha visitado os locais da Península que descreve, e ainda que o seu ponto de vista evidencie uma perspetiva ideológica laudatória da poderosa civilização romana, considerada social e culturalmente evoluída, os testemunhos antigos de que dispomos sobre esses lugares e populações são escassos e encontram-se dispersos (cf. BERMEJO BARRERA, 1986, p. 13-14) – a obra estraboniana congrega o conhecimento geográfico da época. De facto, as informações que veicula resultam de uma leitura de diversas fontes escritas, que o autor cruza e apresenta criticamente² – como Eratóstenes, Artemidoro, Políbio, Posidónio, entre outros -,³ bem

como de testemunhos orais contemporâneos do próprio Estrabão (cf. e.g. participantes em operações militares na Ibéria, comerciantes, etc.) (GONZÁLEZ BALLESTEROS, 2009, p. 149-150). A perspectiva que nos apresenta é a de um greco numa época de domínio romano do mundo.

No contexto da política de expansionismo do Império Romano para o Ocidente, o significado das conquistas que vão sendo alcançadas decorre, em boa parte, da caracterização do “outro” com que os Romanos se vão deparando, mais ou menos permeável à civilização hegemónica com que se confronta, mais ou menos resistente à sua influência e soberania. A esse respeito, saliente-se a distinção evidente no livro III da **Geografia** entre o retrato de um amplo grupo de povos considerado como uma unidade étnica, apesar da sua fragmentação (SAYAS ABENGOCHEA, 1999, p. 162; ALMEIDA, 2001, p. 70 sqq.; VIVES FERRER, 2015, p. 188), os designados “montanheses” do norte peninsular, que ofereceram prolongada oposição à soberania romana, e os habitantes da Turdetânia, na região mais a sul, propícios ao cruzamento cultural e a alianças com os conquistadores do Lácio, o que mostra que, mesmo entre os povos considerados menos civilizados, há diferentes estádios de desenvolvimento.⁴

O contacto com a alteridade permite, em qualquer caso, esclarecer mitos antigos e delinear uma imagem mais precisa do “outro” peninsular, apesar dos estereótipos culturais criados pelos povos dominantes face a esse “outro”. Consciencializando o ‘eu’ da diferenciação identitária, promove a noção de pertença a um grupo específico, caracterizado por traços distintivos peculiares, que contemplam elementos da natureza (o clima, os recursos do solo), mas também referentes culturais como o regime alimentar, a religião, as práticas rituais, etc. A apresentação do “outro”, com o “eu” greco-romano por paradigma cultural, ainda que Estrabão não o assinale sempre de modo evidente, assenta na observação ora das diferenças, ora das semelhanças culturais perceptíveis, ora ainda de uma identidade entre os termos de comparação.

Ao longo do livro III, algumas indicações sobre os habitantes do Extremo Ocidente peninsular, mais ou menos dispersas e desenvolvidas num texto que é, na sua essência, de descrição geográfica da Ibéria, evidenciam multiplicidade etnográfica e heterogeneidade cultural. Marcadores vários permitem definir o contraste entre os diferentes povos, percebendo-se juízos de valor do próprio geógrafo, que faz sobressair, em geral, certa inferioridade

das populações das remotas paragens da Ibéria em relação a Gregos e Romanos (DESERTO; PEREIRA, 2016, p. 19-20) e, de modo particular, uma oposição entre os comportamentos, usos e costumes dos Iberos mais e menos romanizados. Ao critério linguístico, o primeiro a diferenciar Gregos e não Gregos na Antiguidade, e mesmo ao confronto étnico, sobrepõe-se a diferenciação cultural e comportamental, porquanto é sobretudo a esse nível que interessa a Estrabão caracterizar o “outro”, para evidenciar a pertinência da civilizadora intervenção romana na região peninsular.

A presente abordagem, não exaustiva, propõe-se analisar o contributo do texto estraboniano para a definição de uma Europa multicultural, a necessitar da interferência de Roma rumo à pacificação e ao progresso civilizacional, na perspectiva do geógrafo (cf. ALMAGOR, 2005, p. 53 sq.). O desenho do(s) perfil (-is) do “outro”, habitante da Ibéria, resulta da observação de diferentes critérios de construção da identidade/alteridade, que assentam primordialmente na conceção etnográfica grega anterior, como observa com oportunidade Sayas Abengochea (1999, p. 156-7).

Marcadores de identidade/alteridade étnica

a) Elementos geoeconómicos

Para Estrabão, fatores naturais como a geografia e o clima interferem no carácter e no modo de vida dos indivíduos, favorecendo, ou antes, prejudicando o seu desenvolvimento civilizacional, pelo que a imagem de um povo se define também pelo espaço em que habita.⁵

Num primeiro esboço geral da Ibéria, o autor começa por afirmar que “a maior parte dela é escassamente habitada, pois numa grande extensão habita-se sobretudo montanhas, florestas e planícies de solo pobre e nem sequer irrigado de modo uniforme” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.1.2), denunciando com esta referência uma primeira avaliação depreciativa acerca de uma região mal conhecida e distante. Corrobora tal impressão geral no capítulo 4, ao garantir que “a natureza da região não tem capacidade para muitas cidades, por causa da pobreza ou então por causa do isolamento e da rudeza do terreno” (3.4.13). Deixa, contudo, uma nota positiva a propósito da “generosidade natural em minério” de “todo o território dos Iberos” (3.2.8), elemento tradicionalmente motivador de fascínio para povos associados à penúria do próprio solo, como os Gregos.

Diferencia ainda, logo no início do livro III, o norte do sul da Península, em termos expressivos de uma dicotomia que enfatizará mais adiante: “a região norte, além da sua aspereza, é extremamente fria e vizinha do oceano, tendo atraído a si o isolamento e a falta de relação com as demais, de forma que se distingue pelas más condições de habitabilidade. (...) o sul, porém, é quase todo fértil” (3.1.2). Essa discrepância é reforçada no capítulo 4, quando afirma que

(...) no que respeita à oliveira, à vinha, à figueira ou a outras culturas semelhantes, a costa ibérica do nosso mar é abundante em tudo, e também uma boa parte <do interior>. Pelo contrário, a região mais distante, junto ao Oceano, virada a norte, não beneficia de tais produtos, por causa do frio, mas acontece o mesmo na maior parte do restante território, por causa da falta de empenho dos habitantes e porque não têm uma vida ordenada... (3.4.16)

Se a inacessibilidade e o isolamento do espaço são traços convencionais na descrição do mundo bárbaro, considerados também como motivos para o seu primitivismo, a fertilidade favorece a prosperidade, o contacto entre povos e o desenvolvimento cultural e civilizacional.

O contraste norte/ sul percebe-se com mais detalhe através da descrição de cada região nos capítulos seguintes. Com efeito, no capítulo 2, a Turdetânia é apresentada como um território favorecido pela presença copiosa de rios, propícios à navegação, ao comércio e ao relacionamento intercultural. Na verdade, o comércio – interno e externo - surge como uma atividade natural em lugar tão afortunado, dotado de uma considerável frota comercial: “como produz de tudo e em grande quantidade, duplica essas potencialidades com a exportação” (3.2.4).⁶ Na lista de produtos exportados, que inclui alguns bens essenciais no regime alimentar dos povos civilizados, encontram-se o cereal, o vinho⁷, o azeite – da melhor qualidade –, cera, mel, resina, quermes, vermelhão, lãs, “sobretudo as negras cor de corvo: e é insuperável a sua beleza.⁸ Insuperáveis também os tecidos delicados...” (3.2.6). Acresce à fortuna da Turdetânia a abundância de minas de sal, o desenvolvimento da salga de peixe⁹, de que os próprios Romanos necessitavam, a profusão de gado de todas as espécies e de caça (3.2.6). Os louvores da região contemplam igualmente a sua costa, destacando-se a variedade, a quantidade e o tamanho dos bens do mar, nomeadamente dos enormes congros, que o geógrafo compara

elogiosamente aos que ele próprio conhece (3.2.7).¹⁰ O texto estraboniano singulariza ainda a riqueza desse território em minério: ouro, prata, cobre e ferro, produzidos em grande quantidade e com muita qualidade (3.2.8).¹¹ Sublinha também o recurso a produções próprias, com exigências de técnicas de fabrico mais ou menos desenvolvidas: “os estaleiros produzem ali mesmo, a partir de madeira autóctone” (3.2.6); os Turdetanos dragam o ouro através da conceção de técnicas diversas (3.2.8). A propósito do zelo dos mineiros dessa região, salienta o seu esforço e empenho, comparando-os laudatoriamente aos congêneres da Ática, para evidenciar uma diferença no processo de extração mineira, vantajosa para os Turdetanos (3.2.9).

Na descrição dessa região, Estrabão destaca, habilmente, cidades florescentes, marcadas em qualquer um dos casos pela presença romana, como Córdoba, Gades, Híspalis ou Bétis (cf. 3.2.1), sublinhando a ideia de urbanização como indicadora de civilização, por oposição à vivência em aldeias, representativa de uma organização político-social que o geógrafo considera mais primitiva. Cortijo Cerezo (2004, p. 124) corrobora essa noção característica do pensamento grego, ao afirmar que “a civilização está indissolúvelmente ligada ao desenvolvimento das cidades, ao passo que a barbárie é própria das fundações aldeãs”.

Também o clima está em consonância com a fortuna da Turdetânia: confiante em informações homéricas que considera fidedignas, o autor de Amásia salienta “a pureza do ar e a doçura da brisa do Zéfiro” como características desta região “ocidental e quente” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.2.13).

Estrabão conclui o capítulo sobre os Turdetanos com uma associação entre a prosperidade da região que habitam e o seu progresso civilizacional e político, reservando intencionalmente as últimas linhas para sublinhar de modo significativo, e tendo em conta a tonalidade laudatória com que escreve, que

(...) sobretudo os que vivem em redor do Bétis, adoptaram por inteiro o estilo de vida dos Romanos, nem sequer se recordando já da sua própria língua. Na sua maioria, tornaram-se Latinos e receberam Romanos como colonos, de modo que pouco lhes falta para serem todos Romanos. E as cidades agora povoadas de forma mista (...) evidenciam a transformação das mencionadas formas de vida cívica. E todos os Iberos que adoptaram este modelo são denominados togati... (3.2.15)

Essa identidade entre os termos de comparação revela uma adaptação do “outro” ao elemento dominador, numa integração progressiva da civilização que este representa.

Na sequência da associação entre a prosperidade dos Turdetanos e o seu progresso civilizacional, surge ainda uma menção aos Célticos do sudoeste ibérico, porquanto Estrabão concebe estes povos, vizinhos entre si, próximos a esse nível, ainda que o desenvolvimento fosse em menor escala para os Célticos, “pois a maior parte deles continua a viver em aldeias” (3.2.15).

A descrição estraboniana contempla também a Lusitânia, que continha “o maior agregado populacional dos Iberos e o combatido durante mais tempo pelos Romanos” (3.3.3). Informa o geógrafo que se trata de uma “região fértil e atravessada por rios grandes e pequenos (...) e <que> a maior parte deles tem navegações rio acima e uma grande quantidade de pepitas de ouro” (3.3.4).¹² Incluindo os Lusitanos no território situado entre o Tejo e os Ártabros (3.3.5), caracteriza esse território em geral como “próspero em frutos, gado e abundância de ouro, prata e metais semelhantes”, fazendo, no entanto, sobressair que a maior parte dos povos que o habitavam abandonara a exploração das terras, ocupando o tempo em piratarias e em guerras contínuas (3.3.5), ou seja, apesar de existirem zonas férteis, que poderiam ser produtivas se as populações tivessem determinado comportamento, aquelas dedicavam-se a atividades consideradas próprias de etnias primitivas – trata-se, portanto, também de uma questão civilizacional.

Os aspetos geoeconómicos constituem ainda um elemento importante no texto estraboniano para distinguir depreciativamente os montanheses do norte peninsular, que “ocupavam uma terra pobre e possuíam territórios reduzidos” (3.3.5), entregando-se ao bandoleirismo e a guerras, e deixando as terras por cultivar. Sem fazer qualquer referência a um plano urbano denunciador de civilização, o geógrafo destaca, em vez disso, o descuido e a esterilidade da paisagem habitada por um grupo multiétnico a que atribui homogeneidade cultural.¹³ Regista também que, “em vez de moeda, os que estão bem no interior utilizam a troca de produtos ou, cortando uma lasca de prata, dão-na como pagamento” (3.3.7), prática ilustrativa de atraso civilizacional.¹⁴

Integrando a Cantábria no norte peninsular, destaca, de passagem, o terreno difícil da região, a prejudicar a chegada de trigo e a contribuir para a falta de progresso do território (3.4.18).

Outras regiões e outros povos se diferenciam a nível geoeconómico no texto estraboniano, como as ilhas Gimmésias, “prósperas e dotadas de bons portos” (3.5.1), e Gades, abundante em pastos:

É que o leite do gado que aí pasta não produz soro; fabricam o queijo misturando o leite com muita água, por causa da gordura. Além disso, em trinta dias os animais sufocam, a não ser que alguém lhes abra uma veia para os sangrar (a erva que pastam é seca, mas engorda imenso). Julgou-se que, a partir de tudo isto, se teria formado o mito acerca dos bois de Gérion. (3.5.4)

Os habitantes das ilhas Cassitérides merecem igualmente uma nota: “Vivem do seu gado, de uma forma essencialmente nómada. Visto que têm minas de estanho e de chumbo, recebem, em troca destes metais e de peles que entregam aos mercadores, cerâmica e também sal e artigos de bronze” (3.5.11). Povo bárbaro e com um comportamento estranho, é, todavia, pacífico e compreende que as trocas comerciais lhe podem ser benéficas, tal como também para os Romanos, que inteligente e sabiamente delas começaram a tirar proveito. Este “outro”, não hostil e com o qual os Romanos se relacionam de forma vantajosa, acaba por ser visto de forma mais suavizada.

b) O retrato físico

Os dados relativos ao aspeto fisionómico peculiar dos povos peninsulares são escassos, revelando a reduzida importância desse elemento na descrição etnográfica. No entanto, surgem diversas referências ao modo de armamento do “outro” ibérico, opção natural num momento de confronto militar.

– O cabelo

Entre os elementos ilustrativos da aparência física, Estrabão distingue o hábito que os montanheses do norte tinham de deixar “cair o cabelo pelas costas abaixo, à maneira das mulheres” (3.3.7). Nota com oportunidade Bermejo Barrera (1986, p. 26) que, “na época de Augusto, considerava-se tanto o cabelo comprido no homem como a barba como signos de barbárie”.

Mais adiante, num contexto de descrição de hábitos estranhos, o geógrafo afirma que algumas mulheres da Ibéria “depilam de tal maneira a parte da frente da cabeça que esta brilha mais do que o rosto” (3.4.17).

– A indumentária e o armamento

A forma mais ou menos sofisticada de vestir é uma manifestação exterior ilustrativa do estado de desenvolvimento de cada povo. No texto estraboniano, as alusões ao traje civil de algumas etnias são parcas e genéricas, mas expressivas da diferenciação étnica.

Entre os montanhese do norte peninsular, a celebração de banquetes diferencia os sexos através da indumentária: de facto, “todos eles vestem de negro, a maior parte com saios... (...) As mulheres, por seu turno, apresentam-se com capuz e vestidos floridos” (3.3.7). De acordo com Bermejo Barrera (1986, p. 26), saios e vestidos multicolores contam-se entre as vestes indicativas de barbárie.

Os habitantes das ilhas Cassitérides, por sua vez, são descritos como “pessoas que usam capas negras, vestidas com túnicas que chegam aos pés, apertadas em volta do peito, deambulando com um bastão, semelhantes às deusas da vingança das tragédias” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.5.11), imagem que, segundo Gómez Espelosín (1999, p. 75), os restitui em parte ao mito a que as paragens do Extremo Ocidente haviam estado outrora associadas,¹⁵ embora na época de Estrabão aqueles se mostrassem pacíficos e a viver dos seus rebanhos e de intercâmbios comerciais, como ficou dito.

O método de confeccionar e de tingir os tecidos, por outro lado, é um elemento indiciador do estado civilizacional dos diversos povos, tendo em conta a maior ou menor elaboração que exige – com efeito, seria improvável que certas populações não gregas, de costumes simples, recorressem a determinados procedimentos. A tecelagem, característica de sociedades civilizadas, é um método de fabrico que o autor associa aos Turdetanos (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.2.6). Em contrapartida, a propósito dos montanhese do norte peninsular, o geógrafo de Amásia, expressivamente, não faz qualquer referência à utilização de tecidos, mas menciona apenas que aqueles povos recorriam ao couro, material denunciador, neste contexto, de atraso civilizacional.

Também os enfeites usados por algumas mulheres peninsulares determinam modelos de alteridade étnica. O geógrafo, evocando o testemunho de Artemidoro, salienta a sua estranheza – e originalidade –, inserindo-os numa “imagem de comportamento bárbaro”:

...elas costumam usar, em volta do pescoço, colares de ferro que têm ganchos dobrados em forma de bico de corvo sobre o alto da cabeça e caindo bastante para diante da cara. Assim, quando que-

rem, penduram o véu a estes ganchos de bico de corvo, de tal modo que, depois de estendido, oferece sombra ao rosto – e chamam a isto um adorno. Noutros lugares as mulheres colocam à volta da cabeça um enfeite em forma de disco pequeno, que rodeia a nuca e cinge a cabeça até junto das orelhas, e, na parte de cima, inclinado para trás, diminuindo pouco a pouco de largura. (...) Há também aquelas que colocam sobre a cabeça uma pequena coluna, mais ou menos de um pé de altura, entrançam o cabelo à volta dela e, em seguida, cobrem-na com um véu negro. (3.4.17)

As indicações sobre o armamento, por seu turno, especialmente adequadas a uma época de conflito bélico, constituem mais um critério capaz de estabelecer similitudes e discrepâncias entre “uns” e “outros”. Centrando-se nas peças utilizadas para atacar e defender, para cobrir o corpo, a cabeça e as pernas, Estrabão caracteriza globalmente os Iberos peninsulares, destacando que usam o armamento também para uma atividade que deprecia, aliada a povos mais primitivos – o bandoleirismo: “andam com armamento ligeiro, por causa da actividade como salteadores (...), usando, para atacar, a lança, a funda e o punhal” (3.4.15).

No seu texto, não deixa, porém, de singularizar a indumentária de povos que ofereceram maior resistência ao Império Romano, em particular os Lusitanos (3.3.6). Entre os elementos habituais na descrição do armamento do guerreiro, desde a épica homérica – elmo, couraça, cnémides, escudo, espada, lança –, sobressaem os elmos, ora de três penachos, ora de tendões, as couraças de linho e de malha, as cnémides, o escudo pequeno, o punhal ou cutelo que utilizavam, os dardos e a lança com pontas de bronze (3.3.6), peças que encontram efetivamente correspondência na estatuária de guerreiros da área castreja (SILVA, 1986, p. 291). O material não metálico utilizado nas couraças, por exemplo, ou o recurso à funda e a um escudo de pequenas dimensões marcam a diferença em relação ao referente grego (entenda-se, ao hoplita), embora Estrabão registre o uso de algumas peças comuns, como as cnémides.

As investidas reiteradas contra os Lusitanos permitiram a diversos homens do Império Romano observar *in loco* e descrever o seu equipamento militar, em confronto com aquele que os próprios Romanos utilizavam nas suas conquistas, e registar detalhes alusivos à forma e ao material que divergiam das suas práticas.

O reduzido armamento dos habitantes das ilhas Gimnésias é também destacado por Estrabão, que sublinha a valentia deste povo pacífico, constringido a lutar devido a reiterados ataques contra as suas prósperas terras:

Saíam para o combate sem armadura, tendo apenas um escudo de pele de cabra à volta da mão e uma lança, depois de endurecida pelo fogo (mais raramente equipada com uma pequena ponta de ferro), mas com três fundas à volta da cabeça, feitas, uma delas, de junco de pontas negras (...) outra de crina, outra de tendões. Havia a longa, para os lançamentos longos, a curta para os lançamentos curtos, a média para os médios. Exercitavam-se com as fundas desde crianças e de tal forma o faziam que de modo algum davam pão às crianças a não ser que elas o conseguissem com a funda. (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.5.1)

Nesta descrição, a referência ao hábito de usar um escudo de pele de cabra, bem como à lança em geral endurecida pelo fogo remete para certo primitivismo daquela etnia bárbara.

c) O regime alimentar

A dieta alimentar de cada povo, pontualmente agregada ao respetivo modo de tomar as refeições e a normas de convívio social, é mais um critério através do qual o geógrafo de Amásia define identidades diversas, ainda que a descrição dos hábitos alimentares não tenha um carácter sistemático no livro III.

Em matéria alimentar, merece particular atenção ao geógrafo a realidade dos montanhese do norte peninsular, aos quais associa uma dieta simples, natural em terras não cuidadas, que se adequa ao propósito de sublinhar a natureza selvagem dos habitantes desse território mais remoto e isolado. Estereótipo do bárbaro mais primitivo, os montanhese consomem sobretudo, na versão estraboniana, água, carne de bode/ cabra, pão de bolota, uma bebida fermentada, manteiga, uma gordura animal, pouco vinho, e ainda sal branco moído (3.3.7), embora a arqueologia reconheça a presença de outros alimentos na dieta alimentar desses povos.¹⁶ Tal regime alimentar entende-se como distanciado do civilizado padrão grego, em particular no que diz respeito à ingestão habitual de carne, de manteiga

em vez do característico azeite da dieta mediterrânea,¹⁷ de pão de bolota em lugar de pão de trigo, considerado um cereal superior, e de escasso vinho, “produto que a civilização aprendeu a preparar e a consumir com abundância” (SOUSA E SILVA, 2005, p. 203).

Nessa região norte da Ibéria, Estrabão singulariza ainda a carência alimentar da Cantábria, referindo-se à falta de trigo e de outros alimentos (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.4.18).

A dieta de alguns Lusitanos “que habitam junto ao rio Douro” (3.3.6), por sua vez, tem direito a uma comparação – elogiosa – com o paradigma por excelência da austeridade e da frugalidade grega, o espartano: “vivem à maneira lacônica (...), fazendo uma única refeição diária, com limpeza e simplicidade” (3.3.6), ou não fossem os habitantes da Lusitânia aqueles cujo território foi “o combatido durante mais tempo pelos Romanos” (3.3.3). A identificação com a realidade lacônica amplia-se na alusão ao facto de também os Lusitanos se ungirem “duas vezes por dia, tomando banhos de vapor produzidos por pedras aquecidas, banhando-se em água fria” (3.3.6).¹⁸

No quadro alimentar dos povos peninsulares, Estrabão não deixa de mencionar, de passagem, o excelente e lucrativo presunto preparado pelos Carretanos, um povo da vertente ibérica dos Pirenéus (3.4.11). Essa breve alusão sugere uma informação em segunda mão, reproduzida como foi ouvida ou lida, sem que seja enquadrada num cenário mais amplo e consistente no qual o autor possa integrar aquele grupo étnico.

d) A organização e o convívio familiar/social

– O banquete

Na sequência da apresentação dos hábitos alimentares dos montanheses, a menção à prática usual do banquete propicia a descrição de ocasiões de convívio daqueles, mesmo se aparentemente restritas ao âmbito familiar,¹⁹ ao contrário do que acontecia entre os Gregos e os Romanos:

(...) fazem banquetes com os parentes; tomam a refeição sentados, em bancos construídos em torno das paredes, e acomodam-se de acordo com a idade e com a honra. A refeição circula e, enquanto bebem, dançam em círculo ao som da flauta e da trombeta, mas também saltam e põem-se de cócoras. Na Bastetânia, dançam inclusive as mulheres em conjunto com os homens de mão dada. (3.3.7)

Esse cenário festivo é em todo o caso ilustrativo de relações de organização e de hierarquia – de acordo com a idade e com a honra – que se estabeleciam entre as coletividades,²⁰ fossem elas entendidas em sentido mais amplo ou mais restrito (i.e., a nível social ou, antes, familiar) e, por outro lado, integra a participação feminina nessas celebrações, estranha para o referente grego.

– O casamento

Uma breve menção genérica ao modo de casamento dos montanhese peninsulares instiga Estrabão a estabelecer afinidades com o modelo helénico, num paralelo, todavia, pouco esclarecedor: “casam-se do mesmo modo que os Gregos” (3.3.7). Como questionam já Meana e Piñero (1992, p. 86, n. 172), estaria o autor a referir-se à monogamia, ao ritual de casamento, ou a ambos os aspetos? Saberia o próprio Estrabão o significado de uma informação eventualmente recolhida numa fonte de igual modo pouco explícita?

Mais adiante no texto, o geógrafo particulariza, no entanto, uma prática desviante em relação ao seu padrão cultural: o costume cântabro de serem as filhas com o estatuto de herdeiras a entregar os irmãos às noivas em casamento, hábito que classifica como menos civilizado, porquanto inverte os papéis sociais reservados a homens e mulheres entre os Helenos (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.4.18), quer se trate de uma estrutura de carácter matrilocal, quer de uma *gynaikokratia*, uma sociedade que valoriza o papel feminino na vida social e que, nesse sentido, se afasta do modelo civilizado.²¹

e) Outros aspectos da vida social

– O uso da escrita

Estrabão considera ainda merecedores de referência outros usos e costumes definidores do “outro” por comparação com o padrão greco-romano e, por outro lado, suscetíveis de diferenciar os próprios povos do Extremo Ocidente, entre os quais o recurso à escrita, importante elemento de civilização. Sobre esta matéria, e na mesma linha de superiorização dos habitantes da Turdetânia em relação a outras etnias, sobretudo às do norte peninsular, regista que os Turdetanos “são classificados como os mais cultos entre os Iberos: de facto, não só utilizam a escrita, como têm registos da história antiga, poemas e leis em verso com seis mil anos” (3.1.6). Não

deixa contudo de observar que “também os outros Iberos utilizam a escrita, mas não de um único tipo, nem, de facto, de uma única língua” (3.1.6).

– A guerra

No contexto do expansionismo romano, a vertente militar, por seu turno, destaca-se naturalmente para, pela caracterização do adversário, dotado de um espírito belicoso primitivo, acabar por valorizar as vitórias mais ou menos difíceis e demoradas obtidas pelos soldados do Império Romano. Nessa perspectiva, a guerra é uma atividade associada aos Iberos – e aos bárbaros – em geral,²² que incluem nas suas forças infantaria e cavalaria (3.4.15), sublinhado uma imagem estereotipada do ibérico incivilizado.²³

No texto estraboniano, a atividade bélica surge sobretudo associada quer aos habitantes do território situado entre o Tejo e os Ártabros, nomeadamente aos Lusitanos, quer aos montanheseiros do norte peninsular (3.3.5 sqq.). Trata-se de uma atividade que se sobrepõe à agricultura, substituição convencional na descrição de povos “bárbaros” e tradutora do carácter mais primitivo dessas comunidades.

Estrabão não deixa, contudo, de mencionar habilmente, em posição destacada no final do capítulo 3.3.8, a ação pacificadora e civilizadora do imperador Tibério, mesmo nos lugares peninsulares mais difíceis e mais resistentes, o qual procedeu a uma reorganização política dessas regiões.

Com uma tonalidade distinta da associação entre espírito belicoso e barbarismo, surge a menção à destreza no manejo da funda pelos habitantes das Gimnésias, povo pacífico que, como ficou dito, se viu, no entanto, constringido a dedicar-se àquela prática devido aos reiterados ataques de que era alvo, motivados pela grande riqueza natural das ilhas (3.5.1).

O geógrafo destaca ainda o facto de alguns Cântabros, “ao serem capturados, entoarem cantos de vitória, enquanto eram crucificados” (3.4.18), percebendo-se uma atitude crítica a este costume, considerado bárbaro.

– O bandoleirismo

No contexto depreciativo habitual na descrição dos povos do norte e, em simultâneo, como uma forma de justificar a intervenção de Roma na Península, encontram-se referências reiteradas à dedicação daquelas etnias à pirataria

(3.3.5, 3.3.8, 3.4.5, 3.4.15) e à sua aptidão para emboscadas e espionagem (cf. 3.3.6, a propósito dos Lusitanos em particular). A prática do bandoleirismo, que a arqueologia confirma,²⁴ era característica de etnias primitivas, sobrepondo-se a costumes agrícolas próprios de comunidades civilizadas. Estrabão não deixa de notar que esses hábitos foram refreados por Augusto e por Tibério (3.3.8), num discurso elogioso dos imperadores romanos.

– O cuidado dos doentes

Tomando por referente um povo bárbaro que os Gregos e os leitores de Estrabão conheceriam melhor,²⁵ os Egípcios, o geógrafo aproxima ainda, numa breve referência, os montanheses do norte da Ibéria do padrão egípcio, através da alusão a uma espécie de sagesa primitiva no que diz respeito ao tratamento dos enfermos: “aos enfermos, tal como faziam os Egípcios no passado, expõem-nos nos caminhos, para que quem tem experiência da doença dê conselhos” (3.3.7).²⁶

– A higiene

Ilustrando um hábito considerado desprestigiante para o mundo grego, o autor de Amásia distingue o costume de os Cântabros e seus vizinhos se lavarem “com urina envelhecida em cisternas e limpam assim os dentes (tanto os homens como as mulheres deles)” (3.4.16). Salienta González Ballesteros (2009, p. 257) que poderá perceber-se nesse passo uma crítica aos próprios Romanos, que aceitavam o uso de urina com propósitos terapêuticos.

– A pena de morte

A condenação à morte não era uma prática alheia a Gregos nem a Romanos, ainda que o *modus faciendi* pudesse diferir do procedimento adotado pelo ibérico distante, que precipitava os condenados de um penhasco e lapidava os parricidas “fora dos limites das montanhas ou dos rios” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.3.7). Como bem observa González Ballesteros (2009, p. 258), “el fin resulta idéntico, si bien según la óptica grecorromana la práctica indígena resultaba más rudimentaria y menos sofisticada”.²⁷

f) A organização político-social

Estrabão distingue claramente os povos que habitam em aldeias, menos civilizados, dos que moram em cidades, mais desenvolvidos. Nessa

perspetiva, é significativa da apreciação negativa do autor a afirmação de que a Ibéria em geral “não tem capacidade para muitas cidades”, também porque “nem a vida ou as acções dos seus habitantes (...) apontam para algo desse género: os que vivem nas aldeias são selvagens e esses constituem a maioria dos Iberos; por outro lado, nem as próprias cidades os tornam facilmente civilizados, quando o que predomina é viverem em florestas” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.4.13).

Sublinhando o contraste entre a Turdetânia e outras zonas peninsulares, assinala de modo expressivo o facto de, após a reorganização administrativa peninsular, da responsabilidade de Roma, aquela região ser no momento uma província senatorial, ao contrário de outras, como a Lusitânia, que eram então províncias imperiais (3.4.20). A diferença “indica o seu alto grau de civilização”, como nota Alonso-Núñez (1999, p. 117), porquanto era claramente distinto uma província depender do povo, representado pelo Senado, como acontecia com a Turdetânia, ou, em vez disso, depender do imperador.

g) Práticas religiosas, formas de adivinhação e de sacrifício

Tendo sobretudo a cultura grega por referência, o geógrafo de Amásia alude às práticas religiosas do “outro”, expressivas de diversidade cultural.

No capítulo 3.3.7, a propósito dos costumes dos montanhese do norte, observa que realizam sacrifícios a Ares, menção que poderia associar-se neste passo a Arentia e/ ou a Arentius, divindades guerreiras do panteão lusitano cujo atributo bélico encontra afinidades com o deus helénico da guerra, aquele que o geógrafo melhor conhecia (ALARCÃO, 2001, p. 304).²⁸ Os povos do norte, imbuídos de espírito belicoso, ofereceriam significativamente sacrifícios a essa divindade, de modo próximo ao costume grego: “fazem hecatombes de cada espécie, à maneira grega” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.3.7). A presença de um sacerdote para a realização do culto é outro procedimento a ligar “uns” e “outros”, embora a inclusão do cavalo entre as vítimas a imolar constitua um traço distintivo em relação às práticas helénicas e, acima de tudo, o sacrifício de prisioneiros de guerra. De facto, se o sacrifício animal, também com propósitos divinatórios, é uma prática comum entre Gregos e Romanos, o cruel sacrifício de vidas humanas, rejeitado já pelo Grego da época clássica, confere uma marca de primitivismo aos Lusitanos, porquanto desrespeitadores da vida. Considerado

um “rito de bárbaros ou selvagens” (SOUSA E SILVA, 2005, p. 195), apresenta-se como mais um elemento muito desprestigante na elaboração do retrato da alteridade peninsular do Extremo Ocidente, acentuando o contraste entre “uns” e “outros”, mais e menos civilizados. O costume bárbaro vem apresentado nos seguintes termos:

(...) dados a sacrificios, examinam as entranhas das vítimas sem as extrair; inspecionam também as veias do flanco e é pelo tacto que se pronunciam. E fazem ainda predições através de entranhas de homens, prisioneiros de guerra, que cobrem com saios; em seguida, quando a vítima é golpeada pelo arúspice nas entranhas, adivinham em primeiro lugar a partir do seu modo de cair (depois, cortando as mãos dos prisioneiros, consagram as direitas como oferenda aos deuses). (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.3.6)

Por outro lado, na descrição da imagem de um comportamento bárbaro, que pressupõe desde logo um juízo depreciativo da parte de quem escreve, o autor, embora fundamente a informação que transmite nas suas fontes (“alguns dizem”), considera os Galaicos como ateus (“os Galaicos não têm deuses” – 3.4.16), realidade que Sayas Abengonchea (1999, p. 205) refuta, aduzindo explicações como a dificuldade de autores gregos e romanos “reconhecerem nos deuses indígenas características e funções semelhantes às que tinham os deuses greco-romanos”.

Estrabão menciona ainda uma prática religiosa entre os Celtiberos que se afasta dos padrões de referência para o autor: “Alguns dizem que (...) os Celtiberos e os seus vizinhos a norte <fazem sacrificios> a um deus sem nome, na lua cheia, à noite, diante das portas, e todos os membros da família dançam e ficam de vigília toda a noite” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.4.16). A perspectiva estraboniana assinala a estranheza de um culto coletivo habitual, de natureza mais ou menos familiar, a um deus sem nome, que investigadores modernos identificam ora com a Lua, ora com *Dis Pater*.²⁹

Os habitantes de Empório e de Rode, locais fundados por Gregos na costa mediterrânica, perto dos Pirenéus, merecem também uma menção do geógrafo, desta feita para sublinhar de modo expressivo que aqueles prestavam culto a uma divindade helénica, Ártemis Efésia (3.4.9).

O cenário religioso da Ibéria desenhado por Estrabão, muito incompleto e, via de regra, pouco esclarecedor, mostra diversidade cultural e, em

particular, acentua o primitivismo atribuído a certos povos peninsulares, distantes do padrão religioso do mundo civilizado.

h) Outros usos e costumes

O hábito de dormir no chão, associado aos Iberos em geral (3.4.16) e aos montanhese do norte peninsular de forma específica (3.3.7), é apropriado à imagem estereotipada do ibérico incivilizado, constituindo mais uma marca da sua natureza primária na descrição estraboniana.

Na ideia de que a vida dos habitantes de boa parte da Ibéria é “acima de tudo sujeita à necessidade e aos instintos animais, com costumes de natureza inferior” (3.4.16), Estrabão apresenta ainda comportamentos singulares e estranhos, sobretudo dos povos do norte peninsular, que salientam a sua selvajaria e irracionalidade e, por outro lado, a sua coragem:

De facto, mães mataram os filhos antes de serem capturadas, na guerra da Cantábria; um miúdo, estando os pais e os irmãos amarrados com cadeias, matou-os a todos, depois de se ter apoderado de uma arma, em obediência às ordens do pai, tal como uma mulher fez o mesmo àqueles que tinham sido aprisionados juntamente com ela. Também um outro, tendo sido chamado para junto de uns [soldados] completamente bêbedos, lançou-se ele próprio a uma fogueira. Todos estes comportamentos são comuns aos povos célticos e também aos Trácios e aos Citas, como também as histórias a propósito de coragem, tanto a dos homens como a das mulheres. As mulheres, elas próprias, trabalham a terra e, tendo dado à luz, logo tratam de servir os seus homens, e põem-nos a repousar no leito, em vez delas. Enquanto estão a trabalhar muitas vezes elas próprias, lavam e envolvem a criança em faixas, debruçadas junto de um riacho qualquer. (3.4.17)*

A comparação com Trácios e Citas corrobora o barbarismo do comportamento, tendo em conta que, no entendimento comum dos Gregos, esses povos seriam em geral mais atrasados. Por outro lado, o papel atribuído às mulheres no trabalho agrícola é mais um traço do primitivismo dessas comunidades, afastadas do civilizado referente cultural.

Acrescem ainda à lista costumes ibéricos como

(...) trazerem consigo um veneno, que obtêm de uma planta semelhante ao aipo e que não causa sofrimento, para o terem à disposição quando se veem diante de circunstâncias indesejadas, e igualmente o facto de se devotarem de tal modo àqueles aos quais se ligaram que são capazes de morrer por causa deles. (3.4.18)

A estranheza perceptível no texto estraboniano relativamente a costumes dos Iberos evidencia o relativismo de valores normativos reguladores de culturas diferentes, definidores da identidade coletiva de povos distintos, que ora os encaram com naturalidade, porquanto integrantes da sociedade em que se inserem, ora com surpresa, com desconfiança, com depreciação, uma vez que entram em conflito com as normas herdadas.

A seleção do vocabulário na expressão da oposição entre “uns” e “outros”

Numa descrição geográfica que inclui várias referências de carácter etnográfico, é absolutamente natural o uso recorrente de etnónimos; de forma expressiva, no entanto, Estrabão escusa-se a enumerar “nomes piores e mais obscuros do que Pleutauros, Bardietas, Alotrigues” (3.3.7), assinalando com esta observação uma crítica pejorativa aos distantes povos peninsulares, desde logo na própria designação dos mesmos.

O emprego dos termos βάρβαρος (cf. e.g. 3.2.9) e πολιτικός (cf. e.g. 3.3.8), por seu turno, espelha a diferenciação étnica sublinhada no livro III pela perspetiva estraboniana, que escalona os povos de acordo com o grau de civilização que lhes reconhece.

A dicotomia bárbaro/civilizado é enfatizada pelo recurso a diversos termos/ expressões tradutores da diferenciação entre “uns” e “outros”, desde logo ao binómio κωμή/ πόλις (cf. e.g. 3.2.15), ilustrativo da ênfase colocada na distinção entre a vida aldeã e urbana, fundamental na oposição entre barbárie e civilização, no pensamento grego.

Na definição do *barbaros*, o autor emprega, de modo reiterado, ora qualificativos que o singularizam como selvagem e agressivo, ora termos que o associam a atividades próprias de povos primitivos, como o bandoleirismo e a guerra (cf. e.g. δυσήμερον και άγριώδες (3.3.8), έν ληστηρίοις και πολεμῶ (3.3.5)).

A ideia de desenvolvimento civilizacional, por sua vez, encontra expressão em termos aliados à prosperidade, como εὐτυχεῖ (3.2.4), εὐδαιμονία (3.2.15) / εὐδαιμονες (3.5.1).

Por outro lado, é frequente o recurso aos termos *vũv*, *vuví*, particularmente colocados de forma estratégica em final de capítulo, para marcar de modo claro o contraste entre a Ibéria anterior e posterior à intervenção romana, desenhando-se uma imagem muito positiva da presença da civilização no Extremo Ocidente peninsular, como era propósito do geógrafo (cf. e.g. 3.2.15, 3.3.8, 3.4.20).

Conclusões

Consciente da pluralidade cultural no seio do poderoso império da sua época, Estrabão diferencia a cultura greco-romana, evoluída e civilizada, da realidade ibérica em geral, implicando no desenho do perfil do “outro” a definição mais ou menos explícita da identidade do “eu”. Por outro lado, distingue os próprios habitantes da Península entre si, fundamentado no maior ou menor grau de civilidade que evidenciam, na sua perspectiva. Desse modo, a variação etnográfica da Ibéria admite, no texto estraboniano, um escalonamento entre povos mais civilizados e mais bárbaros,³⁰ que garante, em todo o caso, a supremacia a Gregos e a Romanos.

Estrabão não é propriamente original nem preciso nas informações que dá – dificilmente o seria, tendo em conta, por um lado, a falta de elementos recolhidos de modo direto; por outro lado, o facto de os testemunhos que reúne e apresenta visarem sobremodo sublinhar a dicotomia bárbaro/civilizado que pretende realçar. Assim, as indicações que transmite são organizadas ideologicamente, verificando-se ora que se exime de indicar dados tradutores de um maior desenvolvimento civilizacional de certas etnias (cf. e.g. o silêncio em relação a determinados produtos alimentares que constavam da dieta dos povos do norte peninsular), ora que, em alguns momentos, procura certo sensacionalismo que o leva seja a destacar episódios que acentuam o barbarismo do “outro” (como por exemplo, a circunstância de lavar os dentes com urina), seja a apontar determinada inversão de valores em relação ao referente grego e romano (nomeadamente, quando faz menção a sociedades em que a mulher parece ter um papel preponderante).

Os Iberos, caracterizados por linguagem, usos e costumes diversos, são genericamente descritos, no capítulo 4, como “divididos em pequenos grupos e centros de poder, não tendo, por orgulho, relações uns com os outros” e ainda como senhores de “uma natureza enganadora e nada

simples”, que os tornou “agressivos e bandoleiros, atrevendo-se a feitos de pouca monta, não se lançando a coisas maiores porque não estavam preparados para essa grandeza em termos de poder e de união” (3.4.5). O retrato esboçado, para além de pretender destacar logo à partida o contraste com um espírito de conjunto que Estrabão atribui em especial aos Gregos e que seria responsável pela sua capacidade para terem garantido a liberdade frente ao inimigo persa, assim como para terem submetido numerosos “outros”, evidencia claramente uma apreciação pejorativa da generalidade dos Iberos, que se distanciam das gentes civilizadas.³¹

Particularizando, a diferenciação entre os Iberos é mais detalhada a propósito dos habitantes da Turdetânia, por um lado, e dos montanheseiros do norte, por outro, no intuito de realçar a dicotomia norte/ sul em que Estrabão se foca no seu texto. Com efeito, a descrição do geógrafo de Amásia fundamenta-se sobretudo numa oscilação entre os binómios ausência de romanização (no norte)/ presença romana (no sul), desconhecimento (do norte montanhoso)/ conhecimento (do sul) da Ibéria – para o autor, a civilização tem sobretudo sustentação na presença romana na Península, pelo que “romanização” é essencialmente entendida enquanto sinónimo de “civilização”.

Nesse contexto, sublinha-se que os Turdetanos em geral progrediram graças também à intervenção romana, favorecedora de uma organização cívica tradutora de civilização. Por influência externa de uma cultura considerada mais evoluída, os Turdetanos reajustaram o seu modo de vida e foram progressivamente integrando a civilização; com ela partilham traços essenciais, como uma estrutura social organizada,

Desse modo, a Turdetânia, embora fazendo parte do retrato do “outro” peninsular, cumpre normas próprias do “eu” civilizado e tem cidades importantes. Trata-se de um “outro”, não greco-romano, mas sem a noção tradicional de violência, de ameaça a que o bárbaro estava convencionalmente associado na Grécia clássica – a abertura das populações turdetanas ao relacionamento com os elementos do Império Romano propicia um contacto mais próximo, permitindo trocas comerciais e cruzamentos culturais granjeadores de um maior conhecimento dos costumes desta região, que mereceu que Estrabão destacasse a sua prosperidade e o seu progresso civilizacional (cf. e.g. a menção a Gades, que se distinguia “devido ao valor dos seus habitantes nas navegações e à amizade com os Romanos” [3.1.8]).

No lado oposto, o autor descreve com algum detalhe os comportamentos primitivos de comunidades do norte montanhoso da Península, depreciando-as claramente, ao designá-las³² como “bárbaras” e “selvagens”³¹, inferiores a Gregos e Romanos. Nessa perspectiva, salienta aspetos como o bandoleirismo, o carácter belicoso, o não cultivo dos campos, um regime alimentar em que preponderam os produtos espontâneos.

Tendo em conta as diferenças étnicas, a *uariatio*, a presença romana na Península parece sobretudo justificada, para Estrabão, pela necessidade de civilizar os povos bárbaros que aí habitavam – só o convívio com os Romanos permitiria o seu desenvolvimento. Ao conflito armado, sobrepõe-se, na descrição do geógrafo, o confronto e a diferença evidente entre os Iberos em geral e o referente civilizacional greco-romano, assim como a noção de que é preciso integrar aqueles num mundo ordenado e civilizado (SAYAS ABENGOCHEA, 1999, p. 153) e, antes de mais, pacificá-los, alteração de comportamento que o autor não deixa de mencionar em posição final de capítulo (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.3.8).

Se, como bem observa García Quintela (2012, p. 86), “a etnologia moderna articula as informações num discurso científico, a etnologia antiga articula-as num discurso sobre a própria cultura”, i.e., etnocêntrico. E é bem expressivo da intencionalidade estraboniana o facto de a conclusão dos capítulos com descrição etnográfica ser ocupada com a referência à administração romana como “instrumento de transformação da realidade descrita”, como sublinha também García Quintela (2012, p. 104).

A Europa da época de Estrabão pressupõe a compresença de uma multiplicidade de culturas em diferentes estádios de evolução, que progredirão a ritmos distintos, mas sempre graças a um contacto benéfico com o Império Romano, seu conquistador, pressuposto que fundamenta a política imperial romana. À imagem de um Extremo Ocidente distante, desconhecido e mítico, substitui-se um cenário multicultural, dado a conhecer pelo Império Romano, que alarga e aprofunda assim o conhecimento da Europa, intervindo na sua organização e contribuindo decisivamente para o seu progresso civilizacional, na perspectiva de um grego da época romana.

O texto do autor de Amásia não está isento de imprecisões, exigindo uma reflexão crítica que com ele cruze dados da arqueologia, da história, etc. O próprio geógrafo veicula a noção de que “no que respeita a territórios

bárbaros, afastados, pequenos e dispersos, as referências existentes não são seguras nem abundantes – e quanto mais distantes estão dos Gregos mais aumenta o desconhecimento” (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.4.19).

Documentação escrita

ESTRABÃO. **Geografia**. Livro III. Introd., trad. e notas de Jorge Deserto e Susana Pereira. Coimbra: IUC e Annablume, 2016.

ESTRABÓN. **Geografía**: Libros III-IV. Trad., introd. y notas de Maria José Meana y Félix Piñero. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

_____. **Geografía de Iberia**. Trad. Javier Gómez Espelosín, pres., notas y com. de Gonzalo Cruz Andreotti, Marco García Quintela y Javier Gómez Espelosín. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

Referências bibliográficas

ALARCÃO, Jorge. Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). **Revista Portuguesa de Arqueologia**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 293-345, 2001.

_____; BARROCA, Mário (Coords.). **Dicionário de Arqueologia portuguesa**. Porto: Figueirinhas, 2012.

ALMAGOR, Eran. Who is a barbarian? The barbarians in the ethnological and cultural taxonomies of Strabo. *In*: DUECK, Daniela; LINDSAY, Hugh; POTHECARY, Sarah. **Strabo's cultural Geography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 42-55.

ALMEIDA, Carlos Brochado. O vinho e a pretensa barbárie dos povos galai-cos. **Douro; estudos e documentos**, Porto, v. 6, n. 11, p. 67-81, 2001.

ALONSO-NUÑEZ, José Miguel. La Turdetania de Estrabón. *In*: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (Coord.). **Estrabón e Iberia: nuevas perspectivas de estudio**. Málaga: Universidad de Málaga, 1999, p. 101-120.

AUJAC, Germaine. **Strabon et la science de son temps**. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

BERMEJO BARRERA, José Carlos. El erudito y la barbarie. *In*: _____. **Mitología y mitos de la Hispania prerromana**. V.2. Madrid: Ediciones Akal, 1986, p. 13-43.

CLARKE, Catherine. **Between Geography and History**. Hellenistic Constructions of the Roman World. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CARO BAROJA, Julio. **Los pueblos de España**. 2 v. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CORTIJO CERREJO, María Luisa. Reflexiones sobre las ciudades de la Bética recogidas en la *Geografía* de Estrabón. **Espacio, tiempo y forma**, Madrid, v. 15, s. II, p. 119-138, 2004.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo. Estrabón y la Península Ibérica: una revisión obligada. In: _____. (Coord.) **Estrabón e Iberia**: nuevas perspectivas de estudio. Málaga: Universidad de Málaga, 1999, p. 7-16.

DALBY, Andrew. **Food in ancient world from A to Z**. London and New York: Routledge, 2003.

FABIÃO, Carlos. O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. **Revista de Arqueologia Portuguesa**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 169-198, 1998.

_____. Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia. **Estudos arqueológicos de Oeiras**, Lisboa, p. 555-594, 2009.

FERREIRA, José Ribeiro. **Hélade e Helenos**: génese e evolução de um conceito. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

GARCÍA QUINTELA, Marco V. Estrabón y los celtas de Iberia. In: ESTRABÓN. **Geografía de Iberia**. Trad. Javier Gómez Espelosín, pres., notas y com. de Gonzalo Cruz Andreotti, Marco García Quintela y Javier Gómez Espelosín. Madrid: Alianza Editorial, 2012, p. 67-112.

GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco Javier. Estrabón y la tradición mítica sobre el extremo occidente. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (Coord.). **Estrabón e Iberia**: nuevas perspectivas de estudio. Málaga: Universidad de Málaga, 1999, p. 63-80.

GONZÁLEZ BALLESTEROS, Iván. El estereotipo del bárbaro y la imagen de la civilización en el occidente romano en la *Geografía* de Estrabón. **Espacio, Tiempo y Forma**, Madrid, v. 22, s. II, p. 249-260, 2009.

GUERRA, Amílcar. **Plínio-o-Velho e a Lusitânia**. Lisboa: Colibri, 1995.

LOMAS SALMONTE, Francisco Xavier. Bárbaros y barbarie en Estrabón. In: HIGUERAS MALDONADO, Juan (Coord.). **Actas del I Congreso Andaluz de Estudios Clásicos** (Jaén, 1981). Jaén: Instituto de Estudios Giennenses, 1982, p. 15-27.

MORAIS, Rui. Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste Peninsular nos inícios da romanização. **Cadernos de Arqueologia**, Braga, v. 14-15, s. II, p. 175-182, 1997-1998.

SAYAS ABENGOCHEA, Juan José. Unidat em a diversidade: a visão de Estrabón de alguns povos peninsulares. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (Coord.). **Estrabón e Iberia**: novas perspectivas de estudo. Málaga: Universidade de Málaga, 1999, p. 153-208.

SILVA, Armando Coelho Ferreira. **A cultura castreja no noroeste de Portugal**. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986.

SOUSA E SILVA, Maria de Fátima. Representações de alteridade no teatro de Eurípides: o bárbaro e o seu mundo. In: FIALHO, Maria do Céu; SOUSA E SILVA, Maria de Fátima; PEREIRA, Maria Helena da Rocha (Coords.). **Gênese e consolidação da ideia de Europa**: de Homero ao fim da época clássica. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005, p. 187-237.

SOARES, Carmen. A visão do “outro” em Heródoto. In: FIALHO, Maria do Céu; SOUSA E SILVA, Maria de Fátima; PEREIRA, Maria Helena da Rocha (Coords.). **Gênese e consolidação da ideia de Europa**: de Homero ao fim da época clássica. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005, p. 95-176.

THOLLARD, Patrick. **Barbarie et civilisation chez Strabon**: étude critique des livres III et IV de la *Geographie*. Paris, 1987.

VIVER FERRER, Gabriel. El fenómeno del bandoleirismo como sublevación contra Roma: el caso de Hispania en la época republicana. **Antesteria**, Madrid, v. 4, p. 187-197, 2015.

WILKINS, John; NADEAU, Robin (Eds.). **A companion to food in the ancient world**. Blackwell, Malden, MA and Oxford: Wiley-Blackwell, 2015.

Notas

¹ Sobre este assunto, cf. Silva (2005, p. 187 sqq). A propósito da tradição do contraste entre barbárie e civilização na cultura grega, cf. ainda e.g. Ferreira (1992, p. 191-261, 361-362, 381-406); González Ballesteros (2009, p. 250-251).

² Sobre esta questão, veja-se por exemplo a forma como discute o pôr do sol no Promontório Sagrado (ESTRABÃO. **Geografia**, 3.1.5) ou como tenta criar um sentido para a designação “Colunas” (3.5.5-6) – Estrabão não aceita do mesmo modo toda a informação que recolhe.

³ A curiosidade e o interesse pelo desconhecido traduziram-se numa série de relatos de teor geotnográfico anteriores à **Geografia** estraboniana, desde a **Descrição da terra** de Hecateu de Mileto (sécs. VI-V a.C.), por exemplo, à obra de Piteas de

Marselha (séc. IV a.C.) sobre o oceano ou à História de Éforo (séc. V-IV a.C.), ou também à produção de Eratóstenes (sécs. III-II a.C.), ou ainda ao tratado de geografia de Artemidoro (séc. II-I a.C.) e às **Histórias** de Políbio (III-II a.C.), ou ao testemunho de Posidônio (sécs. II-I a.C.), que terá escrito uma obra historiográfica e uma outra sobre o oceano, textos que não raro conhecemos pelas citações do próprio Estrabão.

⁴ Alonso-Núñez (1999, p. 101) nota com oportunidade que, na **Geografia** estraboniana, existem também zonas de transição entre os povos do norte e os Turdetanos (cf. e.g. as representadas pelos Celtiberos ou pelos Lusitanos). Na página 110, afirma mesmo que Estrabão diferencia o norte, o centro e o sul, “que correspondem respetivamente às noções de barbárie, semicivilização e civilização”.

⁵ A designada teoria do determinismo geográfico, abordada já por nomes como Xenofonte, Aristóteles, Políbio, Posidônio, entre outros, não é, contudo, responsável absoluta pelo estado mais ou menos desenvolvido de um povo, na perspetiva estraboniana (cf. BERMEJO BARRERA, 1986, p. 21-22; THOLLARD, 1987, p. 16; GONZÁLEZ BALLESTEROS, 2009, p. 251). A propósito da importância dos condicionalismos naturais no progresso civilizacional das etnias, cf. também LOMAS SALMONTE, 1982, p. 15 sqq.

⁶ Alonso-Núñez (1999, p. 109) salienta que “o interesse de Estrabão pela economia mostra que queria pôr a sua obra ao serviço do conquistador romano”.

⁷ Sobre a exportação de vinho da Bética, evidenciada pelos achados arqueológicos, cf. Fabião (1998, p. 181 sqq).

⁸ Plínio (H.N. 8.73) refere-se também às lãs da Hispânia.

⁹ A propósito da presença de diversas unidades de preparados de peixe nesta região peninsular, cf. Fabião (2009, p. 555 sqq).

¹⁰ Almeida (2001, p. 73) indica vários peixes (de rio e de mar) e marisco que provavelmente fariam parte da dieta alimentar de diversos povos galaicos (“...lampreia, sável e salmão, trutas e bogas, pescada e congro, robalo, pargo, dourada (...) salmónetes (...) os crustáceos, as percebas e as santolas, as ostras, a ameijoia, o berbigão, o mexilhão, as navalhas, as lapas e os búzios”).

¹¹ Plínio (H.N. 33.21), por exemplo, destaca também a profusão de ouro na Ibéria.

¹² Alarcão & Barroca (2012, p. 222-224) atestam a importância dos recursos auríferos na Lusitânia, registando diversas alusões de autores latinos ‘à riqueza aurífera do Tejo’ (p. 224).

¹³ Sayas Abengochea (1999, p. 181 sqq.) apresenta argumentos desfavorecedores de uma suposta unidade cultural dos montanhese do norte, nomeadamente constatações arqueológicas e epigráficas. Interessava, porém, a Estrabão englobar numa mesma imagem estereotipada os povos selvagens do norte que, em geral, mostraram maior resistência ao domínio romano.

¹⁴ Gómez Espelosín et al. (2012, p. 221, n. 49) observam, no entanto, que não há testemunhos arqueológicos que confirmem a informação de Estrabão.

¹⁵ Cf. e.g. Estrabão (**Geografia**, 3.2.11, 3.2.13) a alusão à expedição de Hércules à Ibéria, em busca das vacas de Gérion e, em 3.2.13, também ao jardim das Hespérides; 3.2.13, a menção à viagem de Ulisses até ao Extremo Ocidente peninsular, ou a localização dos Campos Elísios nos confins da Ibéria, etc.

¹⁶ A propósito de outras espécies vegetais e animais utilizadas pelos povos do noroeste peninsular, nas quais se incluiriam o trigo, a cevada, as favas, bem como gado diverso (ovino, caprino, bovino, assim como porcos e cavalos), cf. e.g. Silva (1986, p. 111-115); Gómez Espelosín et al. (2012, p. 220, n. 43). Meana & Piñero (1992, p. 85, n. 167) observam que o trigo e o milho foram encontrados em terras montanhosas e, por outro lado, que o silêncio de Estrabão em relação ao cultivo de cereais nesses lugares poderia estar associado à intenção de sublinhar o modo de vida rude e incivilizado dos povos que aí habitavam, justificativo da intervenção romana. Observe-se ainda o testemunho de Plínio-o-Velho (século I d.C.), na **História Natural** (15.17 e 15.103, respetivamente): “Há também azeitonas muito doces que secam por si, mais doces que uvas-passas; são bastante raras e produzem-se na África e próximo de Emérita, na Lusitânia” e “A preferência vai para as <cerejas> durázias que a Campânia chama plinianas, enquanto que na Bélgica, tal como nas margens do Reno, a preferência é para as lusitanas. Estas têm três cores, preto, vermelho e verde, de forma que parecem estar sempre para amadurecer” (Trad. de Guerra). Embora Plínio se refira especificamente à Lusitânia, os dados arqueológicos favorecem uma aproximação entre os montanheses do norte peninsular e os Lusitanos (cf. e. g. a omnipresença da bolota, ou a abundância de carne de cabra). Esta proximidade parece ainda sustentada pelo próprio texto estraboniano, tendo em conta que em 3.3.7 o geógrafo sente necessidade de explicitar os etnónimos dos montanheses a que se refere, porquanto fala sobre eles de forma genérica imediatamente a seguir à descrição dos Lusitanos.

¹⁷ Os achados arqueológicos comprovam a escassez da cultura de oliveira no noroeste peninsular na época romana; por outro lado, veem na organização económica dos habitantes daquela região, baseada na “autosuficiência alimentar”, uma justificação para o consumo de gordura animal. Sobre esta questão, cf. Morais (1997-1998, p. 178 sqq.).

¹⁸ A propósito dos banhos de vapor, evocativos dos balneários castrejos, cf. Alarcão & Barroca (2012, p. 52-53) e Silva (1986, p. 53 sqq.).

¹⁹ Cruz Andreotti (1999, p. 11) chama oportunamente a atenção para o significado do termo *συγγενεύς*, observando que “a parentalidade estraboniana é genérica e vaga, cultural e política, o que nos dá uma nova perspetiva no momento de analisar as ‘comidas parentais’”. De igual modo, Sayas Abengochea (1999, p. 198) registra que o termo “é suscetível de cobrir um campo semântico amplo ou restrito, que Estrabão não especifica”.

²⁰ Nas casas dos castros do Minho foram encontrados bancos de pedra corridos, do lado interior das paredes, que correspondem à descrição estraboniana (SILVA, 2007).

²¹ A propósito deste ritual do casamento, cf. Bermejo Barrera (1986, p. 33-41). Sayas Abengochea (1999, p. 202-203), por sua vez, num comentário a esta prática cántabra, estabelece distinção entre *ginecocracia* e estrutura de parentesco matrilineal.

²² Lomas Salmonte (1982, p. 21) destaca a força guerreira como um dos traços característicos dos bárbaros em geral, a par de outros, como uma economia rudimentar ou a agressividade (cf. também p. 26).

²³ Alarcão (2001, p. 338 sqq.), tendo em conta que a capacidade do solo e o gado que os Lusitanos criavam, bem como os animais que caçavam garantiriam a sua subsistência, sugere como uma justificação para o seu belicismo o entendimento da guerra como um modo de atestar a própria valentia.

²⁴ Cf. também o testemunho de Diodoro Sículo (5.34) a propósito do hábito de os Lusitanos em particular se reunirem em bandas para roubar.

²⁵ Mesmo que as aproximações sejam imperfeitas e pouco explicadas, elas são feitas em relação a mundos que o autor conheceria melhor.

²⁶ Heródoto (1.197.1) atribui esta prática aos Babilónios.

²⁷ A propósito do confronto entre as práticas descritas por Estrabão e os procedimentos comuns entre Gregos e Romanos, cf. ainda Bermejo Barrera (1986, p. 28-33).

²⁸ Sayas Abengochea (1999, p. 205-206) aproxima Ares de *Cossus*.

²⁹ A propósito deste culto, cf. Sayas Abengochea (1999, p. 206-208) e Gómez Espe-losín (2012, p. 260, nota 13).

³⁰ A distinção entre bárbaros civilizados e primitivos é um tópico desenvolvido por Heródoto nas **Histórias**, a propósito da comparação entre Gregos e não Gregos – sobre este assunto, cf. Soares (2005, p. 124 sqq.).

³¹ A dicotomia bárbaros/ civilizados traduzia uma visão contemporânea geral que diferenciava “uns” de “outros” (ALMAGOR, 2005, p. 54).

³² Sobre esta questão, cf. e.g. Silva (2005, p. 187-188 e 236). A propósito de conceito de “bárbaro”, cf. e.g. Ferreira (1992, p. 191-261), bem como Lomas Salmonte (1982, p. 18 sqq.).